



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



O OLHAR DO GESTOR ESCOLAR SOBRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

LOOK FOR MANAGER'S SCHOOL OF DEVELOPMENT OF BASIC EDUCATION

Vania Marcia da Silva Laurentino[i]

EIXO TEMÁTICO: 1. Educação e Políticas públicas

RESUMO: objetivo central desta pesquisa[ii] converteu-se em "analisar a relação entre o trabalho do gestor escolar (no cenário da gestão democrática) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)", política de avaliação e monitoramento de desempenho escolar implantada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2007. O estudo configurou-se na relação entre a gestão democrática e o IDEB, cuja base empírica materializou-se em 18 escolas públicas estaduais de Maceió e na Secretaria Estadual de Ensino de Alagoas, em que se o Ideb de 2009 foi considerado como ano de referência para coleta dos dados. A metodologia adotada foi a qualitativa a partir dos estudos de Bardin (1977). A pesquisa revelou essencialmente que o gestor escolar não faz relação direta entre seu trabalho e os dados e metas do IDEB e que além da burocracia, o tipo de relação com sua rede, de ensino dificulta essa relação que para o INEP deve ser estabelecida da seguinte forma: escola/IDEB/qualidade na educação.

Palavras-chave: Gestão Escolar Democrática. IDEB. Políticas Públicas de Educação.

SUMMARY: The purpose of this research became "analyze the relationship between the work of the school manager (in the scenario of democratic management) and the Index of Basic Education Development (IDEB)", policy evaluation and monitoring of school performance established by National Institute for Educational Studies and Research Teixeira (INEP) in 2007. With this, the object of study set up in the relationship between management and democratic Ideb, whose empirical basis materialized in 18 public schools in Maceio and the State Department of Education of Alagoas, in which privileged the Ideb 2009 as reference year for data collection. The methodology was qualitative studies from Bardin (1977). The research revealed that essentially does the school manager direct relationship between his work and the data and goals of IDEB and beyond the bureaucracy, the kind of relationship with their network, teaching complicates this relationship to INEP should be established in the

following way: school / IDEB / quality education.

Keywords: Democratic School. IDEB. Public Policy.

Introdução

A avaliação externa é um tema relativamente novo no Brasil, segundo Sousa (2008) ocorreram a partir da década de 1980. A articulação entre a gestão escolar democrática e as políticas públicas para a educação é ainda mais recente, tendo em vista a monitoração da gestão em função da avaliação externa ocorrer de forma abrangente em 2007 com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Ao longo da última década, com o "advento da Gestão Democrática", o papel do gestor escolar vem se modificando, notadamente em relação à descentralização, pois a partir dessa "transferência de responsabilidade" do Estado para a escola, o trabalho do gestor escolar multiplicou-se e a burocracia desenvolve o gestor administrativo em detrimento do gestor pedagógico.

A avaliação externa atualmente tornou-se uma verdadeira "neurose" para muitos gestores, existe uma "mídiação" constante que tem permitido a discussão a cerca da chamada "qualidade na educação", essa discussão tem sido encabeçada por órgãos que tem influenciado a opinião pública, que historicamente tem dificuldade de discutir a educação dentro da escola através de um viés político e social.

A mídia, principalmente a televisiva, ONGs e empresas privadas tem feito uma relação perigosa entre a educação pública e a ineficiência. O gestor escolar está diretamente ligado a toda essa carga política, social e ideológica da avaliação em larga escala.

Dessa forma, a avaliação em larga escala afeta diretamente a forma como o gestor desenvolve seu trabalho redefinindo políticas que mudam a rotina na escola, por isso torna-se cada vez mais importante investigar a origem e o desenvolvimento da tríade avaliação externa/gestão escolar/políticas públicas educacionais que estão conectadas de forma intrínseca e se articulam com os aspectos sociais, econômicos, políticos, históricos e culturais, muitas vezes não percebidas de forma muito clara, mas, atravessando de forma decisiva o espaço escolar.

A avaliação em larga escala: origem e discussões ideológicas

A avaliação tem se tornado uma febre, e teve seu *boom* nos anos de 1990. São avaliações internacionais, nacionais e locais, no sentido, *a priori* de, conhecer e melhorar a escola, mas nem sempre é o que acontece. A avaliação em larga escala tem se tornado subterfúgio para políticas que, muitas vezes não estão em sintonia com as reais necessidades da escola, desenvolvendo ações a partir de objetivos que não são exclusivamente pedagógicos. Os objetivos que estão além do espaço escolar encontram-se na gênese dessas avaliações em larga escala.

A principal influência para o estabelecimento da avaliação enquanto delegação, resultados e metas surgiu com a "Conferência Mundial sobre Educação para Todos" realizada em Jomtien, Tailândia, em março de 1990. Outro marco é o Relatório Delors, produzido entre 1993 e 1996 pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), financiada por órgãos internacionais como o Banco Mundial (BM), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre outros organismos capitalistas, em associação com governos e Organizações não Governamentais (ONGs) e coordenada pelo francês Jacques Delors.

A partir deste relatório a educação básica foi nivelada por igual na maior parte do mundo, o que definitivamente não é positivo. Reafirmada constantemente a interferência internacional na educação brasileira, Coelho (2008, p. 235) comenta: "Ainda nessa década, destaca-se a atuação de organismos internacionais como a UNESCO, e Banco Mundial (BM) sendo impulsionadores externos das reformas educacionais".

A efetiva prática da avaliação externa no Brasil desenvolveu-se a partir dos anos 1980 culminando na implantação, em 1991, do Saeb a partir de 1990, substituiu o Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau – Saep. O Saeb, criado no governo FHC, e foi aperfeiçoado no governo Lula pela Prova Brasil.

Atualmente o IDEB, principal indicador, que também utiliza a avaliação em larga escala para medir e aplicar políticas públicas as escolas públicas a educação é o IDEB, o índice foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino, o Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)[iii], informa que a partir deste índice estabelece-se um monitoramento por parte dos órgãos públicos e da sociedade com uma verificação regular e com metas internacionais a serem alcançadas.

O IDEB cruza dados da escola através do Censo escolar e de avaliações em larga escala como a Prova Brasil, através desses resultados políticas são criadas, finalizadas ou ampliadas. Para entender o IDEB enquanto influenciador de políticas públicas é necessário conhecer seu aspecto prático. O IDEB, enquanto avaliação institucional representa a quarta etapa do ciclo de políticas[iv], e esta avaliação é estratégica, pois determina mudanças, prioridades e implementação de ações no sentido de rompimentos ou permanências em relação a programas, ou projetos. O mais recente documento oficial do Prova Brasil sobre o IDEB[v], Prova Brasil 2009 (2011, p. 04), afirma que:

O Ideb é mais que um indicador estatístico. Ele nasceu como condutor de política pública pela melhoria da qualidade da educação, tanto no âmbito nacional, como nos estados, municípios e escolas. Sua composição possibilita tanto o diagnóstico atualizado da situação educacional em todas essas esferas, como também a projeção de metas individuais intermediárias rumo ao incremento da qualidade do ensino. Dessa forma, o índice permite acompanhar se as metas de qualidade propostas pelo Plano de desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica estão sendo alcançados.

Na verdade o IDEB foi desenvolvido como índice balizador de comparação com o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), trata-se de um teste de avaliação de desempenho escolar, realizado pela primeira vez em 2000 e repetido a cada três anos, tendo como público-alvo jovens de 15 anos em 65 países em todos os continentes. É coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). O PISA tem como objetivo principal produzir, em todos os países envolvidos, indicadores de desempenho estudantil voltados para as políticas educacionais, fornecendo orientações, incentivos e instrumentos para a melhora da educação nesses países e a comparação internacional.

No Brasil, a instituição responsável pela implementação do PISA é o INEP, autarquia que trabalha em conjunto com o Ministério da Educação (MEC), sendo responsável pela organização e manutenção do sistema de informações e estatísticas educacionais, bem como pelo desenvolvimento de programas de avaliação. Atualmente o PISA é Parâmetro para a Prova Brasil, a União se mobiliza para tirar boa nota nesse programa[vi]. O objetivo é que o Brasil chegue à média 6,0 em 2021, essa é a média dos países membros da OCDE.

Na prática a escola aos poucos se torna refém da avaliação em larga escala, pois através desta, a escola sofre mudanças pedagógicas e administrativas, através das diversas políticas implementadas pela União e suas redes. A grande quantidade de ações direcionadas a escola tornam a gestão escolar cada vez mais complexa e burocratizada.

A Gestão democrática e o IDEB

A investigação a cerca do tema, surgiu da necessidade de conhecer a relação entre o IDEB e a gestão escolar, haja vista números tão negativos para o Estado de Alagoas, especialmente para a capital, Maceió, também foi considerado o fato do tema, IDEB e gestão, na visão do gestão escolar ser um tema carente

de pesquisa[vii].

Como a rede Estadual de ensino possui gestão democrática, procurou-se conhecer como essa forma de gestão se relacionava com as vertentes de composição do índice (Censo escolar e Prova Brasil) e se essa relação teria influencia direta no resultado não atingido das metas do IDEB nas escolas.

Entende-se que uma escola democrática deve, não apenas prezar pela formação intelectual, mas também, pela formação ética, moral, cultura e participativa, inserindo-se num importantíssimo contexto histórico, político social, com a devida criticidade, e reflexão que devem gerar a mudança do seu meio.

A instituição da gestão democrática foi um marco mais importante da educação no Brasil. Participar das decisões na escola, ainda que não seja em total plenitude, é de suma importância para o processo de construção da cidadania.

A Pesquisa

Uma investigação empírica foi realizada em escolas estaduais na capital Maceió no Estado de Alagoas, a fim de estabelecer a relação existente entre o trabalho do gestor escolar e a possível influência exercida pelas metas do IDEB nessas escolas.

Para investigar a relação entre o gestor e o IDEB e as políticas públicas além do levantamento bibliográfico documental e acadêmico sobre IDEB, gestão escolar e políticas públicas para a educação básica no Brasil, foram aplicadas entrevistas a 24% dos gestores em escolas, que possuíam 9º ano, o que representou 18 gestores, e mais 2 pesquisas a gestores da rede estadual de ensino, representando duas superintendências: a superintendência de políticas públicas e a superintendência de educação básica.

O universo foi escolhido partiu dos dados do INEP[viii], ele representa 74 escolas, das quais foram escolhidas 18. Dessa amostra de 18 escolas, 16 foram escolhidas de forma aleatória dentro das quatro coordenadorias de ensino regional da capital, e mais 2 foram escolhidas por representarem respectivamente o IDEB mais alto e o IDEB mais baixo da amostra, tendo como base o IDEB de 2009.

Foram referencias teóricos, importantes da pesquisa: Freitas (2005), Fernandes (2007), Coelho (2008), Ferreira (2008), Mészáros (2008), Souza (2008), Oliveira (2009), Ribeiro e Lordêlo (2009), Becker (2010), Faria e Filgueiras (2010), Paro (2010).

A abordagem qualitativa presente nesta pesquisa segue o procedimento da análise de conteúdo presente em Bardin (1977). A análise de conteúdo foi escolhida por desenvolver uma análise ampla em relação ao *corpus* da pesquisa, pois esta representa uma análise que vai além da análise de falas e sentidos. O caminho metodológico seguiu os passos da pré-análise, com a leitura flutuante dos dados coletados como documentos e referenciais teóricos, a partir dos quais construíram-se hipóteses e as entrevistas semiestruturadas.

A categorização representou uma fase importante da sistematização da pesquisa, posteriormente após a descrição analítica do *corpus* através do tratamento dos resultados foram estabelecidas a inferência e a interpretação capazes de construir conclusões baseadas em um rigor científico com o diferencial de uma rica subjetividade.

Neste sentido são duas as principais categorias deste trabalho: a gestão escolar e o IDEB, para entender a relação estabelecida nessa diáde, surgem outras subcategorias: escola, autonomia, Estado democrático, avaliação em larga escala, políticas públicas para a educação e a gestão democrática uma vez que essa é a forma de gestão escolar no Estado de Alagoas. A identificação dos sujeitos envolvidos na pesquisa foi feita por meio de letras e números.

Resultados

Sobre o perfil dos gestores escolares, todos os possuíam nível superior e destes 50% possuíam pós-graduação, inclusive na área de gestão escolar e apenas 2% dos gestores não possuíam pós-graduação. Em relação a sua formação, conclui-se que, em tese, os gestores estariam preparados para os cargos que ocupam. Com isso, reconheceu-se o quadro geral desse gestor, em relação à experiência e sua formação.

Apenas 2 dos 18 gestores descreveram corretamente as variantes que compõem o IDEB. O gestor da escola F[ix] resume de uma forma bem despojada o que a maioria dos gestores priorizavam as questões burocráticas em detrimento de seu trabalho na área pedagógica dentro da escola:

Porque ele (o gestor) é cobrado mas não é apresentado para a gente essas variantes. Eu acho que isso não é repassado para a gente, ele não está capacitado. Porque o gestor é o professor da escola que até então só trabalhava com a disciplina dele, só dava aula e vem a eleição, aí você se candidata e ganha mas, muita coisa o gestor só passa a conhecer quando está na gestão, pois enquanto professor você não sabe, não tem conhecimento disso. O Ideb é um exemplo disso, o gestor não recebe nenhuma preparação. A única preparação que a gente recebe de imediato é sobre a prestação de contas, que aí joga aquela carga em cima de você, faz aquele bicho de sete cabeças, né Você não pode comprar isso, você não pode comprar aquilo, você tem que ter a nota, senão responde a processo administrativo, uma pressão em cima de você na questão financeira, pra você dar conta daquele dinheiro, daqueles recursos, que a escola recebe e esquece as outras coisas. Um gestor preparado para Ideb...eu acredito que não tem. Se tivesse essa capacitação, se o gestor fosse capacitado, iria melhorar muito o Ideb. (Gestor da Escola "F").

O não reconhecimento do IDEB e suas variantes não caracteriza um gestor irresponsável ou despreparado, mas um profissional sobrecarregado, de tarefas burocráticas que se sobressaem em detrimento de uma gestão pedagógica.

A pesquisa "A Avaliação Externa como Instrumento da Gestão Educacional nos Estados", conduzida pelos pesquisadores Nigel Brooke e Maria Amália de A. Cunha[x] do Game/FAE/UFMG[xi], no ano de 2006 em estados da federação, revelou uma questão interessante, segundo a mesma, dos 400 diretores entrevistados em 13 capitais brasileiras apenas 2% deles se sentiam responsáveis pelo baixo IDEB em suas escolas. Em entrevista com os diretores maceioenses foi observado que a maioria deles se sente preparado para o cargo, porém essa mesma maioria também sente-se desassistida pela rede que em sua concepção promove cobranças sem a contrapartida do acompanhamento. Nesse sentido, a gestora da escola Q expõe seu ponto de vista em relação ao Ideb e a escola:

O desconhecimento do gestor em relação ao Ideb acontece por vários fatores, por exemplo, Ideb da escola não acontece só em forma de números e sim de relacionamento de desistências, de evasão...porque o Ideb se a gente pensar bem, não é só aquela prova. Ele vai somar um montante de coisas, para então "dá" o Ideb. Então o resultado do Ideb não é só a culpa da escola. A escola trabalha não só com o relacionamento do professor. Quem manda o professor é a Secretaria, que muitas vezes manda um professor sem didática, muitas vezes o aluno fica a mercê, um ano sem professor, como é que vai ter Ideb O Ideb depende muito do engajar da Secretaria com a escola. (Gestor da Escola "Q").

Um dado importante da pesquisa revela que, a relação entre os pais e o acompanhamento da escola a partir das metas do IDEB é uma relação praticamente inexistente, o que pode dificultar o sucesso do aluno na escola, além de não atender a principal intenção do MEC/INEP[xii] sobre o IDEB, que é a mobilização em torno da qualidade da educação na escola.

Lembrando que "qualidade" é um conceito muito amplo e fica condicionado a intenção ideológica que se atribui a ele. Uma das questões versou a cerca da participação dos pais nas metas do IDEB, em sua forma mais direta, ou seja, na discussão dos resultados. O gestor da escola "A" traduziu bem o que foi observado nas entrevistas sobre esse assunto:

Você se sente cobrada pelos pais dos alunos sobre o Ideb da escola Não, se eu disser que estou sendo cobrada, eu estou mentindo. Nossa comunidade não sabe o que é isso, não sabe nem o que é o Ideb. A gente tem que ser honesto. Nem a gente que é gestor sabe, imagine o pai do aluno! (Gestor da Escola "A").

O documento Prova Brasil Avaliação do Rendimento Escolar 2009, tem como alvo o gestor escolar, mas no sentido de que este conduza o trabalho do professor INEP/MEC (2011, p. 7):

A Prova Brasil não pretende avaliar cada aluno individualmente e, embora não contemple todo o currículo escolar, os resultados de uma avaliação de âmbito nacional como o Prova Brasil contribuem para orientar a revisão das políticas públicas, a definição de projetos pedagógicos de Secretarias de Educação, escolas e o próprio cotidiano do professor.

Não cabe ao MEC interferir no cotidiano do professor através da avaliação em larga escala, na verdade essa é uma das faces mais negativas desse tipo de avaliação, é a interferência no currículo escolar. Verificar a aprendizagem é uma das fases mais importantes do processo de ensino aprendizagem, mas ela não deveria ser "rankeadora", padronizadora ou excludente.

Dessa forma, o professor "se preocupar" com o IDEB, representa mais que manifestações em reuniões de planejamento sobre a Prova Brasil, o professor também precisa compreender plenamente o processo e os mecanismos que envolvem não apenas os testes pontuais, mas todo o mecanismo do IDEB na escola em que ele atua e se posicione sobre o assunto e desenvolva a prova sem afetar sua metodologia e o PPP da escola. O gestor escolar precisa organizar a parte pedagógica com coordenadores competentes e professores conscientes e comprometidos, para isso necessita de uma rede organizada, de gestores de rede responsáveis e preparados capazes de oferecer condições ao pleno funcionamento da escola.

Na pesquisa ficou claro que, a relação IDEB/escola se efetiva a partir da mediação do assunto. Os gestores apresentam dificuldade de relacionar o índice com sua gestão, com os planejamentos pedagógicos da escola, devido ao seu desconhecimento. Foi observado que a pressão midiática leva a reflexão, mas não necessariamente a ações efetivas. Ribeiro *et al* (2005, p. 232) já enxergava a ineficiência da "estandarização" dos índices educacionais, como veículo de melhora da qualidade da educação na escola:

Mas apenas a sua divulgação não é suficiente para gerar ações efetivas de correção de rumos. Apesar de haver um certo alarde na imprensa, que mobiliza um segmento da opinião pública, as escolas não se apropriam dessas informações, não conseguem assumir um papel de protagonistas e acabam sendo vitimadas pelo estigma da incompetência.

A gestora da escola "M" sintetiza a fala da maioria dos gestores sobre a influência da mídia em suas gestões:

Não sei se chega a influenciar , às vezes incomoda, entendeu Porque aparece o número, mas, não aparece o porquê do índice, aí incomoda. Pode interferir porque incomoda, mas, não se traduz em ações concretas não. Só por causa da divulgação não. (Gestor da Escola "M").

O gestor não deve basear seu trabalho no IDEB, mas que o estudo do índice é de fundamental importância para que ocorram discussões entre a comunidade escolar e entre a escola e a rede sobre a real qualidade na educação em Alagoas.

A respeito da relação entre os gestores escolares e os gestores da rede 11 dos 18 gestores declararam que se sentiam "cobrados" pela Coordenadoria Regional de Ensino (CRE) ou pela Secretaria Estadual de Ensino de Alagoas (SEE/AL) pelos resultados do IDEB em sua escola.

Em princípio acreditou-se que a origem dessa "cobrança" estaria atrelada ao conhecimento da importância do IDEB para a educação básica no país, que a secretaria e seus segmentos, que é o caso das CREs, teriam conhecimento do IDEB enquanto formador e orientador de políticas públicas, bem como, sua posição política para o Estado no *ranking* nacional deste índice, assim sendo seria até natural que houvesse tal cobrança, contudo, quando argüidos sobre as formas com que a secretaria relacionava IDEB/gestão escolar, essa "cobrança" era resumida a intervenção oral, sem no entanto, orientar um planejamento específico para as escolas.

Segundo os gestores escolares a *mediatização* do IDEB representa uma exposição negativa, da escola, pois, encaixa-se na díade, "boa ou ruim", o que reduz o complexo trabalho dentro da escola.

Foi observado na fala dos gestores uma insatisfação quanto à presença e as ações de suas respectivas CREs na gestão da escola, notadamente quanto aos números do IDEB e os gestores entrevistados da SEE/AL afirmaram estar presentes na escola através das CREs e que os gestores escolares eram frequentemente capacitados, inclusive sobre o IDEB. Fato que foi veementemente desmentido por todos os gestores entrevistados. A respeito do posicionamento da rede em relação à escola, foram selecionadas algumas falas que representam a relação entre a gestão da rede e a gestão escolar por parte dos diretores das escolas visitadas:

Nas reuniões de diretores, após a divulgação dos dados do Ideb, a CRE apenas dá parabéns se o Ideb foi bom, e critica quem não aumentou nada. Agora, depois disso eu não sei. Fui lá, recebi os parabéns e aí vim informar para a comunidade que o Ideb melhorou e que fomos parabenizados na reunião. (Gestor da Escola "F").

Eles cobram muito da escola, cobram porque o Ideb ele é nacional, o Estado de Alagoas está com o Ideb lá em baixo e o que existe, eles pensam, ou o professor não tá ensinando ou o aluno não tá aprendendo... A preocupação da Secretaria é em mostrar a todos que o Ideb do Estado de Alagoas deve estar alto, com pessoas alfabetizadas ... Então, é a grande preocupação dele. Ele não se preocupa se o aluno aprendeu pra vida... (Gestor da Escola "J").

A Secretaria da Educação de educação cobra e só cobra! Eles querem dados, querem resultados, mas de fato, de direito eles não sabem alavancar a gestão da escola com um apoio efetivo.

(Gestor da Escola "E").

Na entrevista com os gestores da SEE/AL esses alegaram que conhecem a importância do IDEB, mas não foram claros quanto à ação da secretaria em relação ao índice e a relação deste com o gestor escolar. Em sua fala foi observado inclusive à descentralização no sentido de desresponsabilização, quando questionado sobre o papel do gestor e sua relação com o IDEB a SEE/AL se exime de responsabilidades. Isso postura fica bem clara na fala a seguinte fala: *"O Gestor de cada escola precisa responsabilizar-se pessoalmente pelos resultados gerados por sua escola e adotar medidas internas para melhoria". (gestor da rede)*

O envolvimento da rede com a escola seria muito importante, uma vez que a escola não é uma célula isolada num corpo, mas sobretudo, porque o gestor conta com intensa carga burocrática a realizar, também se faz necessário salientar que entender o IDEB e atualizar-se quanto a suas políticas requerem uma tarefa burocrática a mais para o gestor, que devido a suas características não pode ser transferido ao coordenador de forma a minimizar o índice[xiii].

Estavam inseridas nesse contexto 14 das 18 escolas analisadas pesquisadas, ou seja, quase 80% de escolas cujas metas do IDEB não foram atingidas. Trata-se de um número bastante representativo que se acredita estar sem uma orientação e sem os devidos suportes técnicos e de políticas públicas tende a não melhorar esses índices, nem a promover mudanças a partir desses conforme sugere a intenção do índice[xiv], pois existe uma importância da articulação entre a rede e suas escolas quanto ao IDEB, cada escola não pode estar isolada, ela precisa do apoio e do suporte de sua rede.

Considerações finais

Ao analisarmos o corpus da pesquisa foi constatado que duas principais facetas negativas do IDEB são o *ranqueamento* e a padronização das metas. Igualar as notas das escolas até 2021, por exemplo, é uma tarefa muito complexa, avaliar separadamente escolas e sistemas não garante que vão juntos elevar as notas. Atendo-se apenas a termos estatísticos, enquanto nas regiões Sul e Sudeste o IDEB é alto, nas regiões Norte e Nordeste são muito baixas, não refletindo o verdadeiro quadro da educação no país.

A escola não participa da avaliação, dessa forma se vê reduzida a números. Neste contexto, a escola apenas executa uma avaliação que interfere em sua rotina a partir do currículo, passando pela metodologia em sala de aula, calendário escolar e o mais preocupante, gera novas concepções de gestão. E essa imposição desenvolve uma fragmentação do processo democrático que embora ainda não faça parte da comunidade escolar como deveria, esse tipo de avaliação que se apresenta de forma unilateral diminui o poder de mobilização social que demorou anos para ser alcançado pelo menos em termos documentais. Nesse sentido, é possível afirmar que o IDEB é uma política descentralizadora e excludente.

A pesquisa revelou que, segundo os documentos oficiais do governo do Estado de Alagoas e documentos relativos ao IDEB, todos citados nesta pesquisa, o gestor escolar deveria realizar uma associação mais direta em relação ao índice, porém várias situações de ordem prática ou burocrática impedem o gestor de se dedicar ao estudo e desenvolvimento do índice em sua gestão.

Outra observação importante da pesquisa que surge, a partir da fala dos gestores, é que mesmo com uma observância criteriosa do uso dos dados do índice não seria capaz de reverter os números negativos do IDEB, pois fatores externos à escola influenciam em seus resultados, são políticas públicas mais funcionais não apenas em relação à educação, mas outras áreas políticas, e que devido a essas lacunas do Estado esses gestores não estão preocupados em associar o IDEB de forma abrangente em sua gestão, apenas de forma pontual.

Um dos maiores entraves à gestão escolar estadual no município de Maceió, segundo dados da pesquisa, se concentra na forma de como a escola se relaciona com sua rede de ensino. Dessa forma, o gestor encontra-se insatisfeito com a relação estabelecida com os gestores da rede em relação a outros temas, mas especificamente ao tema IDEB, no qual segundo os mesmos existe uma relação unilateral, de

cobrança e sem nenhuma contrapartida como a formação sobre o tema.

Em relação ao desenvolvimento do IDEB na escola, os gestores escolares afirmam a necessidade de uma formação, uma capacitação amplamente discutida não apenas na escola, mas em toda a rede, embora apontem outros problemas burocráticos para o estabelecimento de um início de estudo aprofundado em relação ao IDEB. Na verdade, foi observado que o gestor encontrava-se mais preocupado com a rotina escolar e a burocracia do que dados como o IDEB ficavam às últimas instâncias em suas prioridades.

A pesquisa, ainda apontou para a necessidade de percepção da importância do gestor não apenas de forma documental, mas estratégica para a mudança da qualidade social da educação, e um dos pontos mais importantes são a formação deste profissional. A pesquisa também constatou de forma crucial que o gestor, em função da descentralização, tornou-se um burocrata e essa condição é extremamente nociva ao desenvolvimento do processo pedagógico e à gestão democrática.

Constata-se que outros aspectos podem contribuir para futuros estudos entre a relação IDEB/gestão escolar em Alagoas, a saber: a interferência no currículo escolar em relação às avaliações externas, às causas e aos reflexos da repetência, evasão, e abandono e sua interferência na composição do IDEB, como a comunidade enxerga e interage na relação gestão escolar e IDEB, as perspectivas da democracia em relação ao índice, estudos atualizados sobre o sistema de avaliação da rede estadual de ensino e uma ampliação do estudo das recentes políticas públicas da rede estadual de ensino em relação à escola. Lembrando-se que estas, em geral, se têm mais documentos burocráticos como leis e decretos que interferem em aspectos pedagógicos da escola como calendário e reuniões pedagógicas do que a partir de incentivos práticos como o incentivo técnico e financeiro.

O gestor escolar não deve mobilizar sua gestão em função do IDEB, mas ele é importante, pois embora exista uma ideologia, na gênese do IDEB, o fato é que o país conta com um balizador para as disciplinas de Português e Matemática. O que falta é um currículo nacional para que esses testes façam mais sentido aos alunos, mas é preciso que o índice não interfira de forma negativa no processo de ensino/aprendizagem da escola e que os dados do fluxo escolar sejam melhor utilizados não só pelos gestores escolares, mas sobre tudo pelos gestores da rede.

Possivelmente, a face mais relevante do IDEB seja o levantamento da discussão em relação à condução e às contestações quanto ao processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas do Brasil. Mas é necessário que a comunidade escolar e o gestor da escola conheçam e discutam as políticas públicas na escola para que possam exigir não apenas do gestor escolar, mas dos gestores da rede, uma educação melhor na perspectiva cognitiva e da construção da cidadania, reconhecendo a forte interferência de fatores externos que tanto influenciam à escola.

O estudo pontuou o caráter neoliberalista do IDEB através de sua gênese, no sentido de atender a parâmetros internacionais, mas reconhecer a conduta neoliberalista não implica em aceitação incondicional da mesma, devido a sua influência, pois segundo Mézáros (2008) é necessário romper com a lógica do capital é também através da escola que formam cidadãos que devem lutar contra a alienação imposta.

Finalmente conclui-se que é necessário que os gestores da rede façam uso do IDEB de forma crítica e positiva, já que seu caráter de monitoramento é inevitável. É preciso que a rede Estadual de educação de Alagoas melhore sua relação com suas escolas e seus gestores. Que essa rede faça uso de um sistema de avaliação que avalie de forma ampla e séria cada escola depois sua rede como um todo, não apenas para cumprir normas burocráticas, mas com uma base realmente pedagógica, estimulando a auto avaliação nas escolas sem fazer cópia de sistemas de avaliação já existentes. Também é necessário que a organização do gestor escolar não fique apenas no documento oficial, mas que se estabeleça (diretor geral, diretor financeiro e diretor pedagógico) com capacitações específicas com vistas a resgatar o papel do gestor pedagógico para que esse profissional assumira seu papel social de forma ampla e crítica, ajudando a fortalecer o Estado no sentido do desenvolvimento social.

Referências

BECKER, Fernanda da Rosa; A Avaliação educacional em larga escala: a experiência brasileira. **Revista Iberoamericana de Educación / Revista Ibero-americana de Educação**. ISSN: 1681 – 5653. n.º 53/1 – 25/06/10. Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI). Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

Brasil, MEC. Fernandes, Reynaldo; **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**: Brasília, INEP/MEC, 2007.

BARDIN, Laurence; **Análise do Conteúdo**, Edições 70, 1977.

COELHO, Maria Inês de Matos; **Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de; e FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha; As políticas dos sistemas de avaliação da educação básica do Chile e do Brasil, in, Hochman, Gilberto; Arretche, Marta; Marques, Eduardo orgs; **Políticas Públicas no Brasil**. 2ª Reimpressão. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2010.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org); **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. 6ª edição, Editora Cortez. São Paulo. 2008.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de; A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 28., 2005, Caxambu . Anais. Caxambu, MG: ANPED, 2005.

INEP/ MEC, Governo Federal; **Prova Brasil Avaliação do Rendimento Escolar 2009**. 2011.

MÉSZARÓS; István, **A Educação para Além do Capital**, 2ª Edição. São Paulo : Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **Revista Brasileira de política e administração da educação**, v.25, n.2, p. 197-209, mai./agos. 2009.

PARO, Vitor Henrique; **Política Educacional e Prática da Gestão Escolar**. http://forum.ulbratorres.com.br/2008/conferencias_texto/PARO.pdf. Acesso em: 18 de setembro de 2010.

Ribeiro, Jorge Luiz Lordêlo de Sales; A Avaliação como uma Política pública: aspectos da implementação do SINAES in: Lordêlo, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia, orgs; **Avaliação Educacional: desatando e reatando nós**. EDUFBA, Salvador, 2009.

RIBEIRO, Vera Masagão; RIBEIRO, Vanda Mendes, GUSMÃO, Joana Buarque de; **Indicadores de qualidade para a mobilização da escola**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n.124, p. 227-251, jan./abr. 2005.

SOUZA, Lanara Guimarães de; Avaliação de Políticas Educacionais: Contexto e Conceitos em Busca da Avaliação Pública in: Lordêlo, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia, Orgs; **Avaliação Educacional: desatando e reatando nós**. EDUFBA, Salvador, 2009.

SOUSA, M. Zákia L. Avaliação do Rendimento Escolar como Instrumento de Gestão Educacional. In: DALILA, Andrade Oliveira (Org.); **Gestão Democrática da Educação: Desafios contemporâneos 8ª**

[i] Possui graduação em Biologia e mestrado em educação, ambos pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), desenvolve pesquisa na área de gestão escolar e avaliação em larga escala. É gestora da Escola Estadual Prof^a Anaías de Lima Andrade. É membro do grupo de pesquisa sobre Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE) E-mail: vanialaurentino@hotmail.com

[ii] Este trabalho é um recorte da minha dissertação, defendida pelo Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (CEDU-UFAL), em março de 2013.

[iii] Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso 24 de julho de 2011.

[iv] O Ciclo de Políticas Públicas ou Policy Cycle, como também é referido na literatura, é o mais conhecido e estudado modelo de análise de políticas públicas entre os estudiosos do tema. O modelo foi proposto nos anos 90, por Howlett e Ramesh que condensaram as fases do processo da política pública em cinco etapas, apresentando o que denominaram 'Improved model': montagem da agenda; formulação da política; tomada de decisão; implementação e avaliação.

[v] Este documento é divulgado para todas as escolas que possuem IDEB no país.

[vi] Na nota metodológica sobre a compatibilização de desempenho do PISA coma escala do SAEB, elaborada pelo INEP, fica clara essa relação.

[vii] Verificado no banco de periódicos da Capes, disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 20 de março de 2011.

[viii] Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seamcid=385035> Acesso em: 08 de abril de 2011.

[ix] Com objetivo de não identificar os sujeitos, mantendo o anonimato, foram usadas as letras para as identificações.

[x] Este estudo foi realizado pelo sob encomenda da Fundação Victor Civita (FVC). Participou do planejamento desta pesquisa como consultora técnica, Paula Louzano.

[xi] Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais – GAME da Faculdade de Educação – FAE da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

[xii] Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 14 de maio de 2011.

[xiii] Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em junho de 2011.

[xiv] Com o Ideb, os sistemas municipais, estaduais e federal de ensino têm metas de qualidade para atingir. O índice, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep /MEC), mostra as condições de ensino no Brasil....gestores acompanham o trabalho das secretarias municipais e estaduais pela melhoria da educação. Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 24/05/2012.